



Da distância entre o planejado e o executado ou de como se reproduz um conflito socioambiental. Reflexões do caso de uma reserva florestal em Bogotá

De la distancia entre lo planeado y lo ejecutado o sobre como se re-produce un conflicto socioambiental. Reflexiones desde el caso de una reserva forestal en Bogotá.

Giselle Andrea Osorio Ardila¹, Universidade Federal do Rio de Janeiro. IPPUR. gisean@gmail.com

¹ Antropóloga e mestre em urbanismo da Universidad Nacional de Colombia. Estudante de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR- UFRJ. Bolsista CAPES, Programa PEC-PG.

RESUMO

No começo do ano 2016, o prefeito recentemente eleito de Bogotá anunciou um grande projeto de urbanização e grandes estradas no norte da cidade, mais exatamente nos terrenos da Reserva Florestal Regional Thomas van der Hammen. Com o anúncio, reviveu um debate que iniciou há dezesseis anos e sua análise permite questionar como se concebem a cidade, o meio ambiente e o planejamento, em um contexto de mercantilização dos bens comuns, especulação de terras e organização de redes ambientalistas. No artigo, a partir de fontes secundárias e de dois meses de trabalho de campo, percorre-se o processo do conflito socioambiental, desde a indagação pelas origens dos discursos e argumentos envolvidos, passando pela pergunta pelo papel do planejamento na dilatação do conflito e propondo possíveis caminhos de análise das estratégias e ações às que os atores recorrem para implementar a suas agendas.

Palavras Chave: Conflito socioambiental, reserva florestal, Bogotá, discursos, estratégias.

RESUMEN

A principios del año 2016, el alcalde recién elegido de Bogotá anunció un gran proyecto de urbanización con miles de viviendas y grandes vías en el norte de la ciudad, mas exactamente en terrenos de la Reserva Forestal Regional Thomas van der Hammen. Con el anuncio, revivió un debate que empezó hace dieciséis años y cuyo análisis permite cuestionar cómo se conciben la ciudad, el medio ambiente y la planeación, en un contexto de mercantilización de los bienes comunes, especulación de tierras y organización social de redes ambientalistas. En este artículo, a partir de fuentes secundarias y de dos meses de trabajo de campo, se recorre el proceso del conflicto sociambiental, desde la indagación por los orígenes de los discursos y argumentos involucrados, pasando a la pregunta por el papel de la planeación en la dilatación del conflicto y proponiendo posibles caminos de análisis de las estrategias y acciones a las que los actores recurren para implementar sus agendas.

Palabras Clave: Conflicto socioambiental, reserva forestal, Bogotá, discursos, estrategias.

INTRODUÇÃO

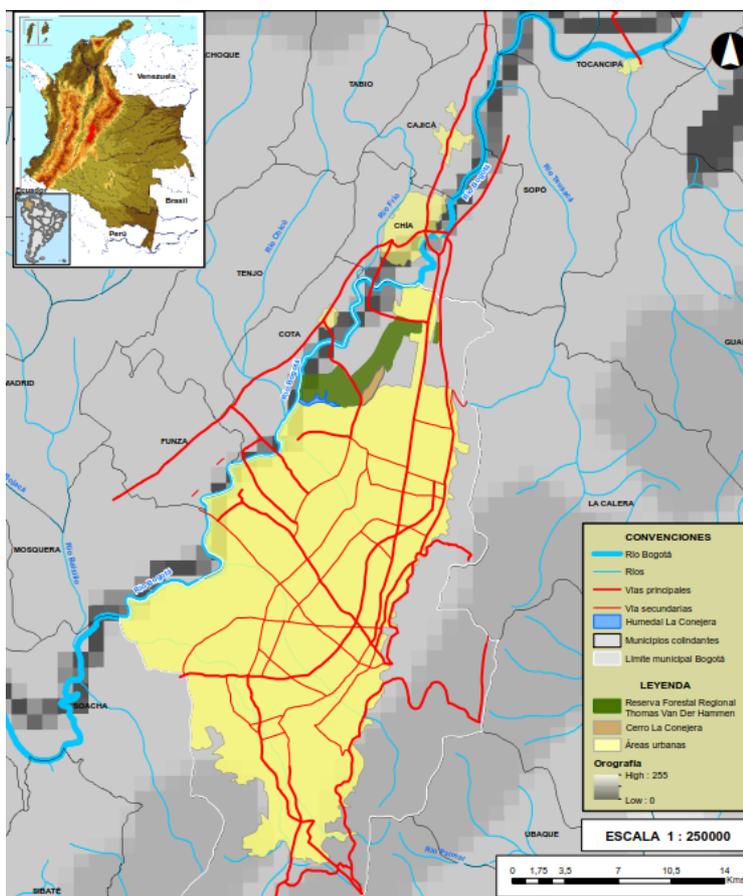
As cidades raramente são como uma folha em branco prestes a ser escrita, a ser ocupada e construída segundo a vontade do planejador. Pelo contrário, são territórios resultantes do relacionamento histórico entre os seres humanos e deles com outras espécies, com as que interagem e se conectam de múltiplos modos, da contraposição de uma grande diversidade de racionalidades e de interesses que modelam as práticas espaciais. Essa diversidade faz complexo o exercício do planejamento porquanto origina múltiplas lutas, negociações e imposições, que determinam a distância entre a ideia e a execução.

O caso da Reserva Florestal Regional Produtora do Norte de Bogotá Thomas van der Hammen – Reserva TvdH - ilustra claramente como as discussões e as decisões do planejamento urbano e regional quando não compreendem a dimensão ambiental como uma parte inseparável de si mesmo, contribuem para a origem e a prolongação de conflitos socioambientais².

A reserva Florestal TvdH se localiza no extremo norte da cidade de Bogotá, na Colômbia, no limite com os municípios de Chía e Cota. Foi criada em 2011 pela autoridade ambiental da região: a Corporação Autônoma Regional de Cundinamarca –CAR- com dois objetivos centrais: 1) Assegurar a conectividade ecológica entre as montanhas do Oriente da cidade, as áreas húmidas de pantanal e o rio Bogotá e 2) se constituir numa barreira à conurbação com os municípios vizinhos, caracterizados pela urbanização de baixa densidade em condomínios fechados e baixa qualidade de serviços e espaços públicos.

² Entendidos, seguindo Acselrad (2004), como desencontros entre grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e por tanto, com diferentes práticas sociais dispostas no espaço. Nesses desencontros, o desenvolvimento de uma atividade dentro do quadro de umas práticas, pode comprometer a possibilidade das outras práticas se manterem, devido à transmissão de impactos indesejáveis, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos.

Figura 1. Mapa da localização da Reserva Florestal Thomas van der Hammen



Fonte: Elaborado com base no PMA, SIGOT e Catastro Bogotá IDECA

A TvdH é uma reserva produtora³, isso significa que deve ser destinada ao estabelecimento ou manutenção de floresta e que não proíbe outros usos compatíveis. Portanto, a criação da reserva não significou o deslocamento da população residente nos terrenos que a conformam, mas sim dos usos incompatíveis com a conservação de floresta, especificamente as indústrias e os cultivos de flores. Também proíbe a construção de novas estradas e moradias.

A criação da reserva obedeceu a um mandato do Ministério de Meio Ambiente no ano 2000 que parecia encerrar as discussões sobre o futuro de uma das poucas áreas da cidade que ainda não estava totalmente urbanizada e que tinha a particularidade, entre muitas outras, de pertencer a zona norte reconhecida como a zona com maior presença de camadas de alta renda em Bogotá, em virtude disso, a área era objeto de diversas expectativas de valorização dos terrenos tendo em vista sua urbanização.

Em 2014 a CAR e a prefeitura formularam o Plano de Manejo Ambiental - PMA - baseado em estudos técnicos e no processo de participação cidadã com a população da área. Deste modo, a Reserva foi estabelecida e começou a compra de terrenos e o reflorestamento. No entanto, a

³ Conforme o Código Nacional de Recursos Naturais, Decreto presidencial número 2811 de 1974 artigos 206 e 207 que define três tipos de reservas florestais: as produtoras, as protetoras e as produtoras-protetoras.

virada de administração em 2016⁴ trouxe o anúncio da intensão de urbanizar a área da Reserva TvdH para oferecer moradias no projeto “Ciudad norte” e a construção de várias estradas para solucionar os problemas de mobilidade do norte da capital, no quadro do Plano de Desenvolvimento intitulado “Bogotá Mejor para todos”⁵. Plano que reverte várias das decisões da administração anterior no plano “Bogotá Humana” em temas que não se limitam ao ambiental, mas que evidenciam a separação entre as ideias de sociedade, de meio ambiente e de cidade que caracterizaram a anterior administração, do partido progressista e a atual mais próxima as lideranças políticas nacionais e aos partidos da direita.

Este último aspecto é importante no estudo do conflito pela reserva porque é nos Planos de Desenvolvimento onde os governos locais expressam seus ideais de cidade e do que deveria ser a organização política e econômica. Nas palavras de Ulloa e Coronado (2016:48) “...*En los conflictos socioambientales lo ambiental se articula a dinámicas políticas, dado que implica el uso, acceso, el control, los derechos, la distribución y la toma de decisiones, no solo respecto del propio territorio, sino de lo que se entiende y valora como naturaleza*”.

A declaração das intenções da prefeitura ascendeu os alertas em vários setores da população, especialmente entre um setor da academia que participou ativamente na criação da reserva desde o ano 2000 e também entre organizações ambientais que iniciaram uma forte campanha de defesa da reserva. A conjuntura de mudanças políticas e a intensa cobertura da imprensa, parecem ter agido como um combustível para a organização da população pela defesa dessa área protegida que entendem em perigo de reversão.

Se bem que a Ciudad Norte ainda não foi além das declarações de intenções da prefeitura na mídia nacional, e até hoje (novembro de 2016) não se tem apresentado um projeto específico para acabar com a Reserva florestal, várias têm sido as ações, tanto da prefeitura para o enfraquecimento da reserva, quanto da população organizada para defendê-la. Também apareceram novos atores na área e alternativas de harmonização da urbanização com a reserva florestal.

O caso da reserva TvdH é de grande relevância na Colômbia por várias razões. Em primeiro lugar, ainda que no ordenamento legislativo colombiano as determinantes ambientais regionais devem orientar as decisões de ocupação e uso do solo local, na discussão que começou no ano 2000 sobre se o norte da cidade deveria ser urbanizado ou não, foi a primeira vez, e uma das poucas, em que o conceito da autoridade ambiental conseguiu se impor aos projetos da prefeitura e que a prefeitura não aceitou dita imposição e iniciou um processo judicial que obrigou à intervenção direta do Ministério de Meio ambiente⁶. O ministério respaldou a decisão da CAR e ordenou, entre outras medidas encaminhadas a conter a conurbação com os municípios do norte, a criação da reserva florestal⁷.

⁴ O ganhador nas eleições de 2015, foi o mesmo prefeito do ano 2000, ano em que iniciou a discussão sobre a reserva TvdH, frente à proposta da prefeitura de urbanizar essa área.

⁵ Os Planos de desenvolvimento municipal são o instrumento que cada nova administração, a partir de um diagnóstico geral e das propostas de sua candidatura, deve formular contendo uma visão de desenvolvimento, objetivos estratégicos, metas, projetos e recursos para os quatro anos de sua gestão.

⁶ Esteban e Rubiano (2016) analisam este fato num artigo sobre a regulamentação ambiental na Colômbia e o papel da CAR no caso específico do planejamento do Norte de Bogotá e da Reserva Tvdh.

⁷ Ante a falta de concertação entre a CAR e a prefeitura, o Ministério contratou os estudos de uma equipe científica e seis meses depois, baseado nesses estudos e nas recomendações do estudos de van der Hammen, recomendou limitar a

Em segundo lugar, a decisão de modificar a reserva para urbanizar significa a conurbação com os municípios do norte, afetando a biodiversidade e desconhecendo a declaração da região da Savana de Bogotá como área de interesse ecológico nacional, com destinação prioritária agropecuária e florestal⁸. A urbanização da reserva implicaria destruir a conexão entre ecossistemas que permitem ter uma grande área de inundação nas épocas de chuva e de reserva de água nas épocas secas, em uma região que foi considerada com os solos mais férteis do país.

Em terceiro lugar, por se tratar da zona norte e da capital do país e pela pressão de alguns setores, o caso ganhou grande atenção da imprensa e seu encerramento ficará como precedente para outras regiões e cidades.

O presente artigo contém as primeiras reflexões decorrentes da pesquisa de tese ainda em desenvolvimento sobre as ideias de meio ambiente e cidade no planejamento de Bogotá⁹, a partir do caso específico da Reserva TvDH. As informações apresentadas provêm da revisão de fontes secundárias; do acompanhamento da imprensa sobre o caso desde 2011 e do trabalho de campo de dois meses em Bogotá participando das reuniões com diferentes atores, oficinas de planejamento participativo e percorridos com organizações ambientais pela área da reserva.

O texto não tem um desenvolvimento linear, é uma tentativa de relacionar em diferentes escalas e temporalidades os discursos, as práticas e as estratégias dos diferentes atores na disputa pelo território. A primeira parte corresponde às discussões atuais sobre o futuro da Reserva TvDH, os atores, seus argumentos e as nuances no debate. Na segunda parte, apresentam-se as características históricas da construção do território, as decisões dos planejadores e fazedores das políticas públicas e a relação desses processos com os discursos e argumentos atuais dos atores no debate, na busca de compreender o que esses argumentos dizem sobre a organização política e econômica. A terceira parte contém uma singela análise das estratégias dos atores para impor as suas visões e os recentes caminhos que o conflito tomou involucrando novas escalas e atores. Para encerrar, formulam-se novas questões para continuar a pesquisa.

PROJETOS, DISCURSOS, ARGUMENTOS E NUANCESULO DE CAPÍTULOS

A proposta de manter a Reserva como foi criada tanto quanto a proposta de modificá-la para construir moradias e estradas, se auto definem como ambientalmente responsáveis. Todas representam ideias de projetos ambientais, no sentido proposto por Tsing (2001:4):

“... conjunto organizado de ideias e práticas que assume uma estabilidade, pelo menos tentativa, através da sua declaração social seja como costume, convenção, moda, associação ou formação profissional, mandato institucional

expansão urbana ao norte, delimitar as áreas suburbanas e criar uma Reserva forestal regional de um largo mínimo de 800km para evitar a expansão ao norte e assegurar a conectividade entre as montanha do Este e o rio Bogotá. (Ibidem: 281)

8 Artículo 61 da lei 99 de 1993: “Declárase la Sabana de Bogotá, sus páramos, aguas, valles alledaños, cerros circundantes montañosos como de interés ecológico nacional, cuya destinación prioritaria será la agropecuaria y forestal”.

9 Com a Orientação da professora Dr. Cecilia do Amaral Mello, do laboratório ETTERN do IPPUR-UFRJ

ou política governamental. Um projeto é um discurso institucionalizado com consequências sociais e materiais”¹⁰.

Por uma parte, a criação e a defesa da reserva propõe intervir no território para conectar fragmentos de floresta endêmica ainda existentes com um conjunto de áreas protegidas espalhadas pelo norte da cidade, para recuperar a diversidade ecológica, fortalecer os ecossistemas frente as mudanças climáticas, conservar a água da zona e evitar a conurbação com os municípios vizinhos. O que projeto está fundado em vários estudos científicos e tenta compreender a complexa relação simbiótica entre natureza e sociedade.

Por outra parte, a ideia de urbanizar responde à concepção da cidade como uma máquina que não pode parar de crescer (Molotoch, 1977), se não crescer sobre os terrenos da reserva, vai continuar crescendo nos municípios vizinhos, mas isso é inevitável. Concebe o ambiente como separado da sociedade e adaptável a ela inevitavelmente. A proposta de urbanização de 2016, é a mesma que em 2000 foi rejeitada, que perdeu ante a CAR nos tribunais e que reapareceu sem novidades se justificando no fato da reserva florestal ainda ser um projeto sem floresta real, numa cidade que precisa desses terrenos para continuar crescendo sem transferir população aos municípios vizinhos e que precisa aumentar as estradas porque os engarrafamentos são cada vez piores.

Com o ressurgimento da discussão, a Universidade dos Andes e a revista de temas políticos e de circulação nacional “Semana” convocaram a um debate entre o prefeito e um grupo de acadêmicos da equipe que fez os primeiros estudos diagnósticos da Reserva e que defendem sua continuidade, intitulado: O futuro da reserva Thomas van der Hammen. No debate realizado o 17 de fevereiro de 2016¹¹, o prefeito afirmou:

“Aqui temos um animalzinho muito especial que são os seres humanos e precisamos maximizar sua felicidade, quando nós falamos de seres humanos não estamos falando de uns chineses ou de marcianos, mas de vocês e seus filhos. Preferem que seus filhos tenham 20 ou 30 km a mais de viagem diária e uma qualidade de vida bem inferior?... Ciudad Paz será algo nunca feito no mundo, bem mais sustentável e melhor do que qualquer coisa feita no planeta até o momento, cheio de ciclovias, redes de parques lineais por todos os lados, Onde vão morar as pessoas, onde vocês moram hoje também já foi uma floresta...”.

Por sua parte, organizações sociais ambientais de Bogotá, algumas de longos percursos na defesa das áreas húmidas de pantanal, como as fundação Humedales de Bogotá e o coletivo Suba Nativa e outras mais recentes como o coletivo Bici-utopia e a Rede de Amigos da Reserva van der Hammen começaram a publicar opiniões nas redes sociais e convocaram a um acampamento nos terrenos da reserva. No acampamento compareceu população da reserva, membros de organizações ambientais e um grupo de acadêmicos: cientistas sociais, economistas, advogados vinculados às universidades dos Andes e a Nacional, alguns deles tiveram participação como assessores e outros como funcionários da administração anterior e durante o acampamento

10“I use projects to mean organized packages of ideas and practices that assume an at least tentative stability through their social enactment, whether as custom, convention, trend, clubbish or professional training, institutional mandate, or government policy. A project is an institutionalized discourse with social and material effects”.

11 Disponível em <http://www.uniandes.edu.co/noticias-transmisiones-canal-video/68-t-transmisiones/2485-el-futuro-de-la-reserva-forestal-thomas-van-der-hammen>.

fizeram apresentações sobre a história da reserva, sua importância e os avanços e os desafios para sua implementação.

Nas redes sociais virtuais apareceram diariamente opiniões e comentários a respeito. Um jovem criou um evento no facebook para plantar árvores na reserva, rapidamente o convite ao evento foi aceito por centenas de pessoas. Uma delas, ex-funcionária do Jardim Botânico de Bogotá, contactou-o para oferecer sua ajuda e conhecimentos, a grande surpresa foi que o entusiasta não sabia como iria fazer a plantação. O tema era tão novo que ele não sabia exatamente a localização da reserva, nem que a maior parte dos terrenos é privado e que não podiam só entrar lá e plantar qualquer árvore. No final, o evento se realizou em parte dos terrenos que a prefeitura tinha reservados há anos para a construção de uma grande avenida e deu origem ao coletivo: *“Plantadores da van der Hammen”* que fazem plantações de espécies nativas uma vez cada mês e atividades de educação ambiental com escolas e população da zona norte e de toda a cidade.

Na mídia nacional, jornais, periódicos, revistas e meios virtuais abundaram as crônicas sobre a história da reserva, colunas de opinião de acadêmicos ambientalistas e entrevistas ao prefeito e a funcionários da prefeitura. Uma das mais impressionantes aconteceu desde um helicóptero, desde ali o perfeito mostrava como os terrenos da reserva estão vazios ou cheios de atividades urbanas *“uma reserva florestal sem floresta”, “tem bloqueada a construção das avenidas necessárias para a cidade”*. Na mesma reportagem foram mostradas imagens das áreas húmidas de pantanal da reserva e um experto em aves explicou sobre as espécies que moram nelas e como se mobilizam facilmente entre diferentes ecossistemas, devido a que a área ainda não está urbanizada. Um geofísico afirmou: *“ se fizeram estudos muito sérios que demonstraram que a urbanização é inconveniente e se se fazer, francamente, acho que Bogotá vai colapsar em curto prazo”*¹².

No meio da discussão polarizada entre urbanizar ou não urbanizar a reserva apareceram novas vozes chamando a pensar na possibilidade de harmonizar as duas posições e fazer uma urbanização controlada. Assim, por exemplo, em uma entrevista no jornal El Espectador a diretora do Instituto Nacional de pesquisa de recursos biológicos, ante a pergunta sobre se é recomendável urbanizar os terrenos da reserva e criar áreas protegidas em outras zonas da cidade, ela afirmou:

“Não. Porque não existe uma opção equivalente. Não tem outro lugar. As opções diminuíram por causa da expansão urbana e por isso não há alternativas. A alternativa é fazer uma expansão urbana sofisticada nos terrenos da reserva para que cidade, flora e fauna possam co-existir. Esse plano deve se fazer no novo POT. Melhorar o design, ir além da ideia atual. Eu não recomendaria mutilar a reserva, mas revisar o Plano de Manejo e complementar as análises para dar flexibilidade às decisões. Não se trata de negociar o território, mas de melhorar a qualidade da gestão da zona norte e complementá-la com uma urbanização amigável como o meio ambiente. (...) as duas coisas são compatíveis porque a reserva ainda não está feita. (...) Alguns ambientalistas tem frisado, com toda razão, que flexibilizar o uso dos terrenos é perigoso. Implica riscos porque abrir essa porta é possibilitar que se use mal e fique reduzida. Por isso falta um manejo claro e feito com toda a tecnologia para que não erre”. El Espectador Fevereiro 4 de 2016

¹² Noticias caracol 22 fevereiro 2016. Sobrevoando a reserva van der Hammen Peñalosa responde a ambientalistas. Disponível em <http://noticias.caracoltv.com/sobrevolando-la-reserva-van-der-hammen-penalosa-explica-su-proyecto>.

Inclusive, uma ONG ambientalista local composta por profissionais de diferentes áreas e encabeçada por uma arquiteta apresentou uns desenhos de diferentes cenários para a reserva com propostas de implementação que misturam a conservação e a urbanização, no chamado, repetido por eles em diversas reuniões e eventos, por: “*deixar de discutir e procurar ser proativos, propositivos*”¹³.

Em síntese, são três as ideias em pugna, com nuances em seus sujeitos e justificativas:

A. A reserva TvdH deve ser mantida como foi criada e deve-se implementar o Plano de Manejo existente. Entre as justificativas para isso estão:

Figura 2. Regulamentação de usos na Reserva TvdH



Fonte: El tiempo 21 de novembro de 2016

1. **A conectividade ecológica:** A reserva florestal é a única zona na região onde, as condições geográficas e de proximidade permitem a conexão entre as montanhas e o rio. É zona com as montanhas melhor conservadas da cidade, com flora e fauna endêmica que com a reserva poderia ter um corredor para chegar aos bosques do outro lado da cidade sem os riscos de atravessar a área urbana. Além disso, a reserva conecta as montanhas com as áreas húmidas de pantanal permitindo que a água que vem das montanhas e a que está nos aquíferos possa circular livremente até o rio Bogotá regulando assim, a quantidade disponível de água durante a temporada de chuvas e de secas.
2. **Vulnerabilidade à mudança climática:** Por causa de sua localização, Bogotá é uma das cidades mais vulneráveis às mudanças climáticas, com a plantação de floresta nativa, pode se recuperar os ecossistema da área e fortalecer a biodiversidade, quanto mais diversos os ecossistemas mais fortes são para resistir a variabilidade do clima.
3. **Limite à expansão urbana e à tendência da conurbação:** Nas últimas quatro décadas a região tem experimentado uma acelerada urbanização de padrão difuso. Nos municípios

¹³ Intervenção em reunião de organizações defensoras da reserva, intitulada: A van der Hammen como e porque defende-la? 21 de setembro de 2016.

ao norte de Bogotá predominam os bairros fechados e a urbanização desordenada com o enfraquecimento dos serviços públicos, especialmente da provisão de água potável. É importante controlar a conurbação e evitar que Bogotá fique unida fisicamente com os municípios vizinhos formando uma extensa mancha urbana.

4. A Savana de Bogotá é uma área com solos altamente férteis que durante séculos contribuiu à manutenção da Capital, hoje esses solos estão sendo sepultados pela urbanização, a reserva TvDH significa uma oportunidade para realizar projetos de agroecologia e consolidar outros projetos de origem nas organizações sociais.
 5. A urbanização da reserva não se justifica porque por uma parte, o crescimento demográfico da cidade tem diminuído notavelmente na última década e a tendência é a continuar assim. Por outra parte, na cidade existem zonas que podem ser densificadas ou renovadas para resolver o déficit de moradia existente e por último, as estradas podem ser construídas em setores alternativos sem atravessar a reserva florestal.
- B. É necessário modificar a área da reserva florestal para construir os projetos urbanísticos que oferecerão moradia, melhor mobilidade e grandes áreas verdes**

Figura 3. Projeto da prefeitura nos terrenos da reserva



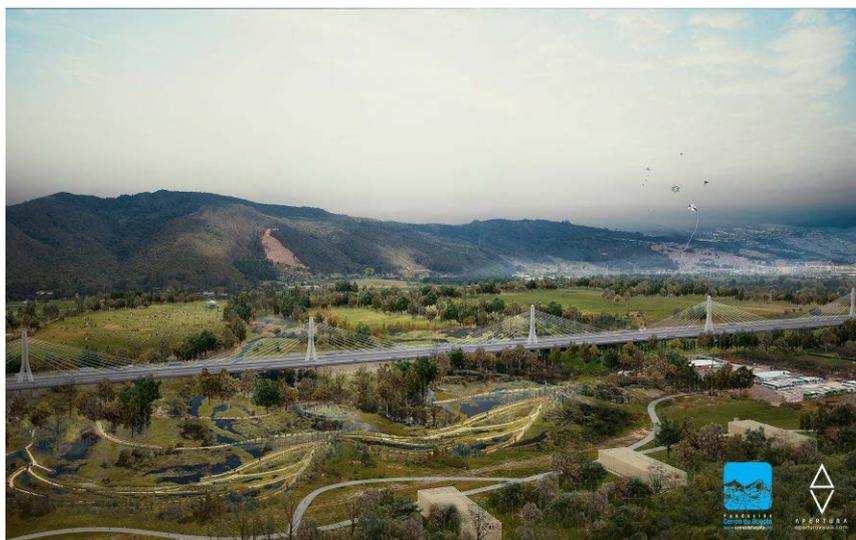
Fonte: Twitter oficial do prefeito de Bogotá. 1 de fevereiro de 2016

1. A população da cidade continua aumentando, a área da metrópole vai aumentar 2,5 vezes nos próximos 40 anos e existem poucos terrenos para construir novas moradias, por isso é preciso construir 2,7 milhões de moradias novas no norte da cidade para os próximos 40 anos.
2. A conurbação é normal, faz parte dos processos de todas as cidades. Construindo nos terrenos livres da reserva, pode-se diminuir a população que irá morar nos outros municípios da Savana.

3. A conectividade ecológica pode ser conseguida com alamedas e passarelas verdes com muitas árvores. O projeto Ciudad Norte terá mais hectares verdes do que a atual Reserva TvdH.
4. Bogotá tem um problema grave de mobilidade, precisa de dez estradas ao norte da cidade que estão sendo bloqueadas pela proibição de ser construídas na reserva.
5. A zona da reserva não tem riachos, nem qualidades ecológicas especiais são só terrenos normais, iguais a muitos outros da região, a grande floresta proposta poderia ser feita em qualquer outro lugar, liberando esses terrenos para dar moradia às pessoas.
6. Comprar os terrenos para implementar a reserva é muito caro, com o projeto de urbanização poderiam criar áreas verdes maiores, pagas pelos construtores privados e não pela cidade.

C. É possível equilibrar conservação e urbanização, utilizando tecnologias adequadas.

Figura 4. Escenario possível a reserva com estradas



Fuente: Fundación Cerros de Bogotá. Diana Wiesner 2016. Em <http://lasillavacia.com/users/diana-wiesner>.

1. A discussão sobre manter a reserva intocável ou urbanizar é estéril e não permite avançar, é preciso propor estratégias para harmonizar o desenvolvimento da cidade e a sustentabilidade ambiental.
2. É possível manter a reserva florestal com os usos que o Plano de Manejo estabelece, permitindo a construção das estradas necessárias para melhorar a mobilidade ea qualidade de vida da cidade, sem gerar mais urbanização dentro da reserva.
3. Os ambientalistas são extremos e perdem as batalhas por intransigência e se negam a escutar.

Entre os partidários do discurso A, os defensores da reserva, está um grupo de acadêmicos de diferentes universidades e áreas do conhecimento. Alguns deles conhecidos por seus aportes na criação do sistema Nacional Ambiental e suas aproximações aos problemas do país desde a ótica da complexidade. Também defendem a reserva organizações ambientalistas da cidade. Apresentam uma visão de futuro da zona norte de Bogotá baseada no conhecimento de suas características físicas e sociais e se suas transformações históricas e acreditam que o plano existente é a melhor alternativa para recuperar os ecossistemas nativos e oferecer melhores condições ambientais para a cidade.

A proposta da Reserva florestal TvdH, como estabelecida no PMA procura o bem da cidade, favorece a toda a cidade com ar limpo e água, aos moradores que desenvolvam usos compatíveis com a reserva, e se espera que seja uma área de recreação passiva e uma aula ambiental, um laboratório para o ensino e a prática das ciências naturais, físicas e sociais.

Do lado da posição B está a prefeitura, uma parte dos proprietários dos terrenos organizados na associação Asodesco¹⁴ e alguns setores da academia que compartilham a visão de futuro do prefeito e sua equipe, focada nas características atuais da área e nas possibilidades de desenvolvimento futuro com a visão de um urbanismo verde que concebe o crescimento da cidade como um fenômeno inevitável, que transforma a natureza de forma irreversível que por consequência, faz imperioso procurar as formas de ordenar o território de face a essa realidade, utilizando as técnicas e tecnologia disponível.

A proposta de modificar a reserva TvdH para desenvolver o projeto urbanístico procura o bem da cidade, favorece os novos moradores que a cidade receberá nos próximos 40 anos, aos atuais que sofrem cada dia os engarrafamentos, os donos dos terrenos que poderão vendê-los com preços de solo urbano, os construtores que desenvolveram os projetos, gerando empregos e a prefeitura que resolverá o déficit de moradias e de mobilidade, sem gastar dinheiro porque usará um esquema de financiamento em que os construtores tem direito a construir até o 20% do terreno e para aumentar esse direito pagarão com dinheiro ou com terra, assim podem construir até 220% do tamanho do terreno em prédios de até 15 andares. Com os pagamentos deles, a prefeitura pagaria as estradas, as redes de serviços públicos e a construção dos parques lineais para a conectividade ecológica desde as montanhas até o rio¹⁵, em suma todos ganhariam.

A última posição, também afirma querer o melhor para a cidade, a partir da superação da polarização. A ideia central é ser propositivos, conciliadores, olhar de forma objetiva a realidade do território, permitir pequenas modificações na reserva, que resolvam a problemática urgente das estradas utilizando o melhor da tecnologia e das técnicas existentes para não afetar os ecossistemas, mas sem permitir a construção dos grandes projetos de moradia que devem ser desenvolvidos em outras áreas da cidade.

¹⁴ Alguns dos proprietários moram nos terrenos da reserva, porém a maior parte deles são empresas de cultivo de flores de exportação e construtoras. Um informe detalhado da propriedade dos prédios foi publicado no jornal El espectador do 2 de abril de 2016: "Constructores, grandes dueños de la van der Hammen". E na revista La Silla vacía: 15 de fevereiro de 2016 "La van der Hammen de Peñalosa cumple los sueños de los dueños de los predios"

¹⁵ Constructores, a pagar para poder urbanizar el norte de Bogotá. El Espectador 14 de setembro de 2016.

TECENDO AS REDES. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO: O TERRITÓRIO DA RESERVA, BOGOTÁ E O EXERCÍCIO PLANEJADOR

O conflito pela reserva teve diferentes estágios. Desde sua origem no ano 2000, diversos tem sido os atores e suas formas de apropriação do território. As origens e justificativas dos discursos e das práticas hoje em pugna se encontram em processos dinâmicos, trans-escalares e relacionados com tendências mais amplas do desenvolvimento do sistema capitalista, dado que a circulação do capital faz do meio ambiente o que ele é (Harvey, 1996), nós construímos a nós mesmos enquanto transformamos o meio. E por isso, que autores como Swyngedouw (2001) falam da socionatureza como uma unidade dinâmica, em permanente transformação. Da mesma forma que muda a paisagem, muda a forma de conceber e planejar a cidade e o meio ambiente, de se organizar e de lutar pelo acesso aos bens comuns.

O território que hoje constitui a Reserva TvdH se localiza na região da Savana de Bogotá e não pertenceu sempre à jurisdição de Bogotá. A zona estava habitada pelos muiscas no momento da conquista espanhola. Eles construíram camellones agrícolas por toda a região. Tratando-se de uma área muito úmida, os terrenos se alagavam frequentemente, como acontece ainda hoje, e os camellones resultaram um método eficaz de elevar os cultivos utilizando terra dos próprios pântanos. Desse modo, com o tempo a terra dos camellones aumentou a sua fertilidade tanto que em estudos dos anos 1990, o geólogo e naturalista holandês Thomas van der Hammen¹⁶ definiu esses solos como os mais férteis da região e inclusive, entre os mais férteis do país.

Os terrenos só fazem parte de Bogotá desde 1954, quando os municípios que cercavam a cidade foram agregados a ela mediante um Decreto da presidência e se converteram em subprefeituras, como resultado, aumentaram as áreas para a expansão urbana e fortaleceram-se as tendências de ocupação que constituiriam o atual padrão de segregação¹⁷.

Nas décadas de 1970 a Colômbia adotou o modelo de desenvolvimento proposto pelo economista do BIRF Lauchlin Currie, baseado no planejamento econômico e o crescimento das cidades como garantia de desenvolvimento. A partir do Estado se divulgou a ideia de que a construção é a principal ferramenta para criar emprego, melhorar a economia e conseguir desenvolvimento. Sob essa máxima, ainda defendida pelo Estado colombiano, construíram-se por todo o país moradias subsidiadas ou com financiamento privado para as classes médias. Assim, legalizaram os intermediários financeiros, que posteriormente se converteram em grandes companhias, enquanto as empreiteiras aumentaram sua importância na esfera da tomada de decisões da cidade e no financiamento de campanhas políticas.

O planejamento urbano até finais dos anos 1980 era fraco e poucas foram as propostas para a cidade como totalidade. Destarte, não se formularam normas urbanísticas nem de ocupação para a área rural do norte de Bogotá e a área que hoje ocupa a reserva TVdH não teve maiores pressões

¹⁶ Nacionalizado colombiano. Foi um dos cientistas mais reconhecidos do país, estudioso da região da Savana de Bogotá e criador do termo Estrutura Ecológica Principal que corresponde à rede de áreas e corredores que geram, suportam e conduzem a biodiversidade e os processos ecológicos essenciais através do território, brindando serviços ambientais e garantindo a integridade ecossistêmica na escala local e regional.

¹⁷ Os municípios do norte (Suba e Usaquen) eram local das grandes fazendas das elites que, como explica Alfonso (2009), possuíam acesso a informações privilegiadas, eram próximos ao governo e conseguiam saber as tendências do crescimento da cidade e acumular terrenos nos principais eixos de expansão. Enquanto os outros municípios receberam migrantes de diferentes regiões do país, de baixa renda e sem condições de infraestrutura nos locais. Ao respeito ver Thibert e Osorio (2014)

de urbanização. Os anos 1990 chegaram com uma rejeição à política econômica de corte Cepalino dos períodos anteriores, com a financeirização da economia e o impulso ao Estado regulador, tudo isso expressado na Constituição Política de 1991.

Sem dúvida as novidades da Constituição são fundamentais para compreender o devir dos conflitos ambientais, porque ao mesmo tempo que abriu ao país em termos econômicos, fortaleceu os processos de descentralização do Estado e confirmou a função social da propriedade, adicionando também sua função ecológica. A constituição teve pelo menos três implicações diretas no exercício do planejamento no país e na origem e devir do conflito pela reserva TvdH:

1. A formulação da função ecológica da propriedade aconteceu no quadro do processo geral de ambientalização das políticas públicas¹⁸

“se introdujo el medio ambiente como un factor en la organización territorial del Estado. Tal vez lo más significativo para los asuntos urbanos-regionales fue el establecimiento del derecho constitucional a un ambiente sano y la garantía de la participación de la comunidad para asegurarlo, así como el **fortalecimiento de la función estatal de planificar el manejo de los recursos naturales**”. (Brand, 2001)

Nesse processo, foi criado o Sistema Nacional Ambiental (SINA) e as Corporações Ambientais Regionais (CAR) como autoridades encarregadas de criar e de manter, com a colaboração dos municípios, as áreas protegidas regionais. Foi a CAR quem criou a reserva florestal TvdH em 2011, seguindo as recomendações do Ministério de Meio ambiente e é ela quem deve decidir se a Reserva será modificada ou não.

2. A Constituição ordenou a geração de mecanismos de participação cidadã para o fortalecimento da democracia e para assegurar a participação na tomada de decisões e resolução de problemas com afetação do bem comum. Durante o devir do conflito pela reserva, tanto quem defende sua continuidade quanto quem defende a sua modificação para a urbanização tem acudido a estas ferramentas para o fortalecimento da democracia.
3. A escala municipal adquiriu grande relevância como parte do processo de descentralização¹⁹. Definiu-se o planejamento como a chave para o desenvolvimento econômico, social, político e territorial do país, e clarificaram-se as formas de participação do Estado nos incrementos do preço do solo urbano, devidos a suas atuações (mais valia), e também os instrumentos para capturar recursos financeiros que pudessem ser utilizados na provisão de bens públicos urbanos, intervindo assim, nas expectativas dos especuladores.

¹⁸ A formulação da Constituição coincidiu com os preparativos da Cúpula da Terra- Rio 1992, o tema da crise ambiental estava no centro dos debates mundiais, os representantes da Colômbia preparavam a política ambiental nacional e a nova Constituição foi uma oportunidade para fazer o tema vinculante nas políticas do país.

¹⁹ A descentralização começou alguns anos atrás e, entre outras coisas, promulgou a eleição popular de prefeitos. Antes de 1988 os prefeitos eram designados diretamente pelo governo nacional e a partir da Constituição os novos prefeitos ganharam autonomia no uso do orçamento e no planejamento territorial. Como se verá mais na frente, este aspecto vai ser muito importante na história da reserva TVH porque a tendência política de cada prefeitura determinou em grande parte as decisões e ações sobre o território de uma maneira que nunca foi vista antes.

A proposta inicial da reserva florestal considerou estas possibilidades jurídicas para a aquisição dos terrenos, mediante processos de compras y expropriações fundamentadas no interesse público da reserva. Da mesma forma, a atual prefeitura afirma que a urbanização da área com corredores de conectividade ecológica, pode ser realizada mais barato que a restauração ecológica das zonas do PMA da reserva, porque a prefeitura não precisa comprar os terrenos e além disso, os privados teriam que pagar pelo direito de construção com cessões espaço público e infraestruturas o que significaria aumento de recursos da prefeitura e a resolução do déficit de moradia para a cidade.

Mediante a Lei Desenvolvimento Urbano (388 de 1997) regulamentaram as disposições da constituição em termos territoriais e se ordenou a todas as cidades com mais de 100 mil habitantes formular Planos de Ordenamento Territorial -POT- para definir, entre outras coisas, a visão da cidade para os seguintes 12 anos, um modelo de ocupação e um orçamento para os principais projetos a serem realizados. A lei também criou a figura dos Planos Zonais e Planos parciais para planejar a ocupação de zonas da cidade, e zonas de expansão urbana.

Com base nesses três elementos, em 1997 a recentemente conformada CAR como resposta à necessidade de conhecer as características ambientais do território da sua jurisdição, encarregou a Thomas van der Hammen, o diagnóstico da região e uma proposta de ordenamento ambiental. Foi nesse trabalho, intitulado *“Plan ambiental de la Cuenca alta del Río Bogotá. Análisis y orientaciones para el ordenamento territorial”* onde por primeira vez apareceu a ideia da Reserva Florestal Regional do Norte de Bogotá.

No ano 2000, na formulação do POT de Bogotá, a prefeitura pretendia destinar uma parte do norte de Bogotá à expansão urbana e a CAR, baseada na proposta de Van der Hammen, defendia a proteção da estrutura ecológica principal e não aceitou as propostas da prefeitura. Iniciou assim um conflito judicial que se resolveu com a intervenção do Ministério de Meio Ambiente, que recomendou evitar a conurbação ao norte da cidade e para isso, entre outras coisas, ordenou a criação da reserva florestal. Embora as reclamações da prefeitura, o POT teve que manter a área do norte como área rural sem possibilidade de urbanizar e à espera da criação da Reserva florestal.

Depois dessa discussão passou uma década sem que a CAR criasse a reserva. Com a neoliberalização da economia aconteceram as maiores transformações ao norte de Bogotá. Pode-se dizer que a zona entrou na dinâmica do mercado tardiamente, mas quando entrou o fez de forma acelerada. Com isso, mudou a relação com a terra que passou de estar baseada na produção (agrícola ou agroindustrial) a constituir a base da especulação (IEU 2011), atuando também como capital fictício manifestado nas múltiplas hipotecas sobre os terrenos do que devia ser a reserva florestal.

Para finais dos anos noventa, os usos do solo na área reflexavam a concorrência entre atividades de comércio, serviços, equipamentos urbanos, terrenos livres, imensos cultivos de flores de exportação e agricultura. A grande novidade foi o aparecimento de entidades financeiras e comerciais como proprietários dos terrenos e a forte diminuição do número de famílias proprietárias. Os terrenos mantiveram sua tendência de ocupação dispersa, sem receber a provisão de serviços públicos, mas com a instalação de condomínios fechados, cultivos de flores, e algumas pequenas indústrias, enquanto outros foram usados para manter gado.

Em 2010, um cidadão com aspirações à prefeitura processou a CAR pelo descumprimento da ordem do Ministério de criar a reserva florestal e a discussão renasceu. A CAR justificou-se na falta

de estudos técnicos que sustentaram a criação da reserva, então junto com a Academia de Ciências Exatas, Físicas e Naturais e o Instituto de Estudos Urbanos da Universidade Nacional, realizaram um estudo diagnóstico do norte de Bogotá (2011) que atualizou a informação existente e demonstrou como aumentaram notoriamente os usos comercial e de serviços. Também aumentou a proporção de terras do Estado na área. Sobre as transações com os terrenos, é interessante que as entidades financeiras venderam suas propriedades às empresas construtoras, a hipótese do IEU sobre este fato (2011: 487) é que elas adquiriram terrenos como formas de pagamento das obrigações não cumpridas pelos anteriores proprietários, durante o período de recessão e com a aspiração da urbanização da área que valorizaria os terrenos.

O Estado na figura da prefeitura aparece mais presente que nunca, não só como agente de decisões e executor de obras, mas também como proprietário de terrenos, especialmente da empresa de aqueduto de Bogotá, no que poderia se entender como uma ação previsora da expansão das redes para a posterior urbanização. A despeito das inúmeras transformações, ainda hoje existe na área população que cultiva a terra e se reconhece como camponesa e famílias que moram na área há várias gerações.

Os estudos concluíram que embora os novos processos de ocupação da área, ainda pode ser restaurada a conectividade ecológica e reverter alguns dos usos não compatíveis com a conservação. Em virtude disso, em julho de 2011 a CAR criou a Reserva Florestal Regional do Norte e como homenagem ao primeiro cientista dedicado aos ecossistemas da região e falecido um ano atrás, a denominou Thomas van der Hammen.

O seguinte passo foi formular o Plano de Manejo Ambiental –PMA-, para isso a CAR e a prefeitura de Bogotá²⁰ iniciaram os processos de concertação do Plano. Durante esse tempo, muitas pessoas se manifestaram contra a Reserva, proprietários que não acreditavam na sua relevância ecológica e que esperavam ter vendido seus terrenos a construtoras privadas com preços urbanos, também os proprietários dos cultivos de flores e das indústrias se opuseram, mas todos participaram e ao final o PMA de 2014 marcou um prazo para as indústrias e cultivos de flores saírem da zona e umas condições para que os colégios e residências ficassem sem afetar os ecossistemas, também se proibiram novas moradias e estradas na zona da reserva.

Com a formulação do PMA, encerraram-se 14 anos de discussões sobre o uso dos terrenos do norte de Bogotá, a prefeitura realizou a compra de alguns deles e iniciou a reflorestação. Desse modo, baseados nos princípios da constituição de 1991 e usando as ferramentas legais e do Sistema Ambiental, foi imposto o ideal defendido desde o planejamento ambiental, com uma forte justificativa científica que não conseguiu ser contestada pelos detratores da época.

Após da revisão da história do território da reserva e de sua criação, parece ser que a condição principal para a origem do conflito foi a discrepância entre os ideais de cidade e as concepções da natureza envolvidas nas diferentes posições. Uma apela a possibilidade de reverter o caminho de degradação dos ecossistemas que implicou a expansão urbana da região, outra encontra nessa possibilidade uma utopia romântica e prefere continuar com as tendências, utilizando a tecnologia possível para adaptar as condições naturais do território ao projeto de cidade, enquanto outros querem manter os ecossistemas sem modificar o projeto de cidade.

²⁰Nesse momento em cabeça do mesmo cidadão que os processou pelo incumprimento, nesse momento em cabeça do mesmo cidadão que os processou pelo descumprimento.

O interessante aqui é quais foram as condições que permitiram o conflito aparecer. Sem dúvida, as características do Estado colombiano com um modelo de regulação territorial setorizado e fragmentado foi fértil para o desencontro entre as concepções do território desde a escala local e regional. Também teve grande importância a falta de clareza nas competências da CAR e da prefeitura, assim como a possibilidade de adiar as decisões e intervenções sobre o território que possibilitaram que o conflito se estendesse no tempo e revivesse várias vezes. A indefinição de anos sobre a reserva, permitiu o avanço nas tendências de degradação dos ecossistemas com usos inapropriados, o aterramento de zonas de pantanal e a construção de moradias sem licenças.

Esses fatos permitiram, como uma fênix, que o debate renascesse com novas forças. O aumento da degradação dos ecossistemas, as mudanças na paisagem que a área experimentou nesses dezesseis anos, e a pressão da “maquinha de crescimento da cidade”, aparecem hoje como as principais armas para desarmar o processo histórico do planejamento que criou a Reserva florestal TvdH, evocando desde a administração local o princípio do bem que significa diminuir os engarrafamentos e oferecer novas moradias, sem dar a mesma ênfase ao benefício que significaria para os proprietários dos terrenos; majoritariamente, empresas construtoras, a urbanização dessa área que hoje é rural.

DOS ATORES ÀS ESTRATÉGIAS E AS AÇÕES

Com a declaração da intenção de modificar a reserva, a luta dos projetos por conseguir se materializar impondo suas ideias e práticas tem se intensificado e revelado múltiplas estratégias, as vezes comuns aos diferentes atores, mas com nuances em cada caso.

VISIBILIZAÇÃO PARA INFLUENCIAR A OPINIÃO: IMPRENSA, EVENTOS ACADÊMICOS E REDES SOCIAIS NA INTERNET

Como já foi mostrado, a reserva florestal TvdH foi uma iniciativa que nasceu de um exercício acadêmico e da parceria entre a ciência e o planejamento ambiental, esse fato determina algumas das particularidades do conflito. Uma de elas é a grande visibilidade da discussão. A proximidade dos acadêmicos defensores da reserva com alguns membros das altas esferas políticas, ex-ministros, secretários e altos funcionários, assim como o acesso que eles têm a espaços nos meios de comunicação massivos do nível nacional, foi fundamental na difusão da discussão. Hoje, a diferença de um ano atrás, a maior parte dos bogotanos sabe que existe a reserva TvdH e que a atual administração pretende urbanizá-la.

As entrevistas nos jornais e programas de opinião, e as reportagens com os grandes cientistas ambientalistas são frequentes. É claro que esta estratégia não é só dos defensores da reserva. Também existem acadêmicos defensores da urbanização e alguns se pronunciam nesses mesmos espaços. Também são frequentes as colunas de opinião criticando aos ambientalistas e sua “obstinação em impedir o desenvolvimento da cidade”. Em março de 2016, o prefeito foi chamado a um debate de controle político no Congresso Nacional, para explicar sua proposta de urbanização. O prefeito não concorreu, mas sim os acadêmicos, que explicaram todo o processo histórico e a fundamentação científica da reserva, ganhando novos apoios nos partidos políticos e setores ambientalistas.

Outros espaços de visibilização são os eventos acadêmicos e políticos internacionais como a Cumbre de Prefeitos: “Bogotá 2016, vozes locais para um mundo melhor”, realizada entre o 12 e o

15 de outubro, com 3000 convidados de 100 países. Naquela oportunidade o prefeito explicou o projeto Ciudad Paz e enquanto ele afirmava na sua apresentação que *“a terra deve estar ao serviço da urbanização”*²¹, na entrada ao local do evento vários grupos, entre eles o sindicato da secretaria de ambiente e um grupo de defensores da TvdH desconformes com suas políticas, se manifestavam e difundiam um comunicado entre os assistentes ao evento.

No follow-up Habitat III, do 21 de outubro, na Universidade Nacional urbanistas famosos convidados de diversos países, concluíram que as agendas de Habitat I e II não foram implementadas e que o Habitat III não propõe nada novo, além disso, fizeram constantes críticas ao modelo de urbanização de Bogotá. Em um dos painéis denominado: *“reverdecendo a cidade, mudança climática, diversidade urbana e qualidade de vida”*, se apresentou uma das lideranças na defesa da reserva ressaltando a sua importância e as ameaças de sua urbanização. Outros eventos como o seminário da Associação colombiana de pesquisadores urbano regionais (ACIUR), teve apresentações relacionadas com a reserva TvdH.

Outro importante cenário de visibilidade do conflito e de seus atores é a internet. As redes sociais virtuais, especialmente twitter e facebook, e os blogs. Por exemplo, os defensores da reserva, pela iniciativa da família van der Hammen, construíram um web site com todas as informações sobre a reserva florestal, sua história, os documentos legais e um acompanhamento à imprensa, também criaram o grupo da reserva no facebook e um perfil de twitter. O prefeito em sua conta do twitter publicou as primeiras imagens de Ciudad Paz (ver figura 3), o projeto eu pretende construir nos terrenos da reserva. Do mesmo modo, muitas das notícias e informações que circulam na imprensa são comentadas ou contestadas diariamente pelos defensores da reserva nas redes sociais e pelos defensores da urbanização.

A organização Foro Nacional ambiental, junto com algumas universidades fez o vídeo pedagógico *“juntos defendamos la reserva Thomas van der Hammen”* com a técnica stopmotion, no qual informa sobre a história e importância da reserva²². O vídeo foi lançado no final de outubro e no começo de novembro a prefeitura lançou outro, explicando porque a Reserva florestal não tem importância ecológica, não tem floresta e impede o desenvolvimento da cidade. Também explica o projeto das dez estradas que pretendem construir e como elas vão melhorar a mobilidade e com isso, a qualidade da vida em Bogotá.

Outro exemplo do aproveitamento das redes é a *“Twiteraton”* do dia 7 de novembro as 7am e 7pm com o hashtag #PNUDRespaldelareserva, que chegou a ser tendência nacional. A ideia era exigir a PNUD se abster de outorgar um contrato de consultoria, para justificar a subtração de áreas da reserva florestal para a construção das dez estradas do Plano de Desenvolvimento da prefeitura. Essa mesma noite, o PNUD em seu web site publicou um comunicado afirmando seu compromisso com a preservação da reserva florestal.

A discussão que acontece na imprensa e nas redes sociais, ganhou a denominação de *“guerra fria”*²³. A principal característica de dita guerra é chamar aos que opinam diferente de ignorantes e mentirosos, questionar os estudos técnicos e se declarar como o maior conhecedor da área. A resposta do outro lado é sempre desconstruir alguma afirmação do contrario para

²¹ A afirmação foi divulgada na conta oficial de Twitter da prefeitura o 12 de outubro de 2016 <https://twitter.com/Bogota/status/786261873566023681>

²² <https://www.youtube.com/watch?v=j3oob4ZKJ34>

²³ Sobre vuelo por la van der Hammen, el escenario de una guerra fría. El tiempo 21 de noviembre de 2016.

evidenciar como é ele quem está errado, também se apresentam acusações de falsidade das declarações. Assim por exemplo, ante a afirmação de que a reserva não tem valor ecológico nenhum e está composta de terrenos vazios, os defensores divulgaram os estudos científicos que sustentaram a criação da reserva e mais outros cinquenta recentes, realizados sobre os recursos naturais que nela existem. Como resposta a administração declarou que as afirmações são mentiras, também tem afirmado que fotos das lagoas e da floresta que circulam nas redes, não pertencem realmente à reserva, mas a outras áreas protegidas.

RECURSOS LEGAIS

O uso de recursos legais no decorrer do conflito tem sido principalmente de três tipos: o primeiro como instrumentos para contestar as decisões dos organismos públicos, por exemplo as contestações que a prefeitura fez das recomendações da CAR no ano 2000 e da decisão do Ministério de Meio Ambiente, a ação de descumprimento contra CAR que acelerou o processo de criação da reserva e os direitos de petição da população para acessar a informações ou para pedir explicações da administração, entre outros.

O segundo tipo é o uso dos mecanismos de participação cidadã, um deles é a “Veeduría da Reserva van der Hammen”²⁴ criada em setembro de 2016 por um grupo de cidadãos com diferentes profissões: advogados, biólogos, engenheiros, administradores ambientais, etc. A veeduría pretende fazer a vigilância da execução do Plano de Manejo ambiental da Reserva e acompanha todos os eventos e acontecimentos referidos a reserva e ao planejamento da zona norte de Bogotá. Também está se gestando a rede de veedurías ambientais de Bogotá, na tentativa de coordenar a vigilância cidadã para o cumprimento das normas que afetam as diferentes áreas protegidas e os elementos da estrutura ecológica da cidade. Outra das ferramentas de participação cidadã utilizada pelos defensores da reserva é o cabildo aberto, é o chamado a reunião pública entre os vereadores municipais e a prefeitura, onde os cidadãos podem participar diretamente para discutir assuntos de interesse da comunidade.

Em um segundo grupo de estratégias, estão as que são particulares a tipos de atores específicos:

AÇÕES PARA JUSTIFICAR A URBANIZAÇÃO DA RESERVA

Uma das primeiras ações da atual prefeitura no território da reserva foi suspender o processo de compra dos terrenos da reserva que tinha iniciado a administração anterior e que já contava com recursos assignados dentro de um fundo especial criado para esse objetivo.

A segunda, ainda em processo, é a realização de estudos técnicos que justifiquem a solicitação da subtração de mais do 90% dos terrenos, ante a CAR. A prefeitura contratou em setembro os serviços do PNUD para realizar a seleção de consultores que justificassem a subtração de áreas da reserva onde pretendem construir as novas estradas e a ampliar as existentes. Porém, com a twitteraton de novembro exigindo o respaldo do PNUD à conservação da reserva como parte de

²⁴ A veeduría é mecanismo de representação que permite aos cidadãos ou organizações comunitárias, vigiar a gestão pública das autoridades administrativas, políticas, judiciais, legislativas e órgãos de controle.

sus funções missionais, o PNUD decidiu não continuar no processo de chamada aos consultores para o projeto mencionado.

A terceira é a formulação do projeto do Plano de Ordenamento Zonal do Norte: Lagos de Torca, que quebra a continuidade da reserva, porque propõe a urbanização de uma zona localizada entre as montanhas orientais da cidade e a estrada autopista Norte. Outra das estratégias é o enfraquecimento da administração das áreas protegidas ao redor da reserva. Assim por exemplo, na área húmida do pantanal La Conejera, foi retirado o serviço de vigilância que como resultado, começou a se deteriorar e apresentar ocorrências de assaltos. Com isso, reforça-se a ideia de que os terrenos não tem “nada” e se não se urbanizam podem ser perigosos para a cidade. Da mesma forma, acabaram os projetos da prefeitura para a plantação de floresta nativa na reserva e se retiraram as pessoas do Jardim Botânico que faziam a manutenção das árvores plantadas. A prefeitura também tem negado a CAR a possibilidade de instalar nos prédios de sua propriedade os cartazes turísticos que anunciam a existência da reserva florestal, por isso a CAR recorreu a outros proprietários para solicitar ajuda²⁵.

AÇÕES PARA APROPRIAÇÃO

Por sua parte, as lideranças locais e as organizações ambientais, tem organizado eventos de apropriação do território, com trilhas pela reserva e pelas áreas protegidas que ela conecta. Nessas trilhas se fazem explicações sobre a história da reserva e o funcionamento dos ecossistema. Alguns se organizam como eventos no facebook abertos a qualquer pessoa, têm percorridos organizados para crianças e jovens das escolas públicas da cidade, para lideranças de diferentes organizações populares do norte de Bogotá, de organizações ambientais de outras zonas da cidade e para alguns acadêmicos visitantes de outros países. Uma dessas trilhas foi realizada com o Conselho Territorial de Planejamento²⁶ que depois de conhecer a área completa, se pronunciou no jornal a favor de sua defesa e conservação. Pretendem-se realizar trilhas com os funcionários da prefeitura e o prefeito, se ele aceitar, e com alguns jornalistas que se vincularam à discussão nas redes sociais.

Além dos percorridos, as organizações ambientalistas realizam diferentes jornadas de trabalho comunitário, conhecidas como mingas. Nelas se faz manutenção das hortas existentes dentro da reserva, plantação de árvores nativas, construção de “cercas vivas”, preparação comunitária de alimentos e conversas sobre conectividade ecológica.

AÇÕES DESDE O PODER ECONÔMICO PARA A URBANIZAÇÃO

Desde antes da criação da reserva, como demostram os estudos da CAR, a Academia colombiana de ciências e o IEU (20011), algumas empresas construtoras e bancos compraram grandes

²⁵ Conforme o exposto por uma moradora da zona, em reuniã na Academia Colombiana de Ciencias em 26 de novembro de 2016

²⁶ Máxima instancia de planejamento participativo da cidade. Jornal El espectador outubro 28 de 2016. <http://www.elespectador.com/noticias/bogota/reserva-van-der-hammen-no-se-debe-tocar-consejo-territo-articulo-662744>

terrenos na zona com a expectativa da futura urbanização que valorizaria os terrenos. As compras se fizeram inclusive depois da ordem do ministério de estabelecer a Reserva Florestal. Por outro lado, é interessante notar que durante a campanha eleitoral, de todos os candidatos o atual prefeito foi quem maior financiamento recebeu de empreiteiras da construção e bancos proprietários de terrenos na reserva²⁷.

A INAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

Por sua parte a Car, a autoridade encarregada da criação e manutenção da reserva, decidiu se manter inativa durante 11 anos perante a ordem emitida pelo ministério de criar a reserva, semelhantemente depois de criado o PMA foram poucas as ações executadas por eles para implementar o Plano. Agora, ante o resurgimento do debate sobre a urbanização da reserva, a CAR se mantém afastada e só declarou que de existir uma solicitação para subtrair terrenos da reserva ou modifica-la, eles avaliarão o pedido com rigorosidade técnica e legal. Porém, enquanto o tempo passa sem a implementação do PMA, dia a dia aumentam as ocupações dos terrenos com atividades que afetam os ecossistemas, sendo a mais comum o aterro das áreas húmidas e dos terrenos com resíduos de construção, a construção de diferentes tipos de moradias, a ampliação de escolas e a continuidade das indústrias e os cultivos de flores que utilizam águas subterrâneas e agrotóxicos.

REFLEXÕES E NOVAS PERGUNTAS

Como visto até aqui, o conflito ambiental não pode ser entendido sem pensar na sua relação com as transformações históricas e econômicas que determinam a forma de acesso e de concorrência pelo os recursos e pelo uso da terra. Nesse sentido, a política tem um papel fundamental e dentro dela o planejamento como exercício que vincula essas três esferas.

Espera-se que o planejamento contribua ao melhor aproveitamento da terra, às atividades humanas e a reprodução da vida social. Porém, ele encara o desafio de desenvolver propostas em meio de múltiplas racionalidades, que concebem os territórios, a natureza e a cidade de variadas maneiras que lutam por se impor, servindo-se de diferentes discursos e estratégias de persuasão e da criação de condições para justificar suas demandas.

Assim como visto no caso da Reserva Florestal Thomas van der Hammen, o exercício de planejamento se complexifica e a tomada de decisões não é definitiva, pelo contrário, impulsiona a reação e ação de diferentes atores e às vezes, as decisões não conseguem ser consensuais nem se impor até chegar ao ponto de ser o judiciário quem acaba decidindo, mas sem esgotar o debate. Na tentativa de balancear o interesse pela conservação dos ecossistemas estratégicos para a cidade com o interesse pelo crescimento urbano e econômico dela, a discussão parece não ter fim, e no meio de acusações de falsidade de um lado e do outro, as transformações nos territórios não param e a expansão urbana continua na contramão de qualquer planejamento.

Porém, a capacidade de enxergar o conflito tem crescido na população, ao vincular cada vez mais pessoas que se perguntam pelo futuro da área e que empreendem ações segundo suas próprias

²⁷ A revista electrónica La silla vacía apresentou o comparativo da financiamento das campanhas de 2015, na sua edição do dia 14 de outubro de 2015 e pode se contrastar com o informe “constructores, grandes dueños de la van der Hammen”, no jornal El Espectador de 2 de abril de 2016.

convicções, inclusive aquelas que demandam não ser conflitivo, não parecer demasiado militante e ser sempre propositivo e proativo.

Essa última atitude não é infrequente na Colômbia, onde qualquer militância é suspeita, então o melhor é demandar sem perturbar demais, sem parecer insistente, iniciar a luta já sabendo que não se conseguirá tudo esperado. Demandar o mínimo para conseguir alguma coisa, mas mantendo limpo o nome, sem entrar a ser reconhecido como aquele que sempre está exigindo e perturbando.

A figura do ambientalista como aquele que sempre está perturbando, que demanda a conservação de uma natureza intocável, orientado por um romance cego, é contestada com a acusação ao outro de ser um urbanizador sem medida, interessado só no dinheiro que supõe essa urbanização.

Num troco constante de acusações de mentira, falta de rigorosidade, lealdades políticas, desconhecimento e pouca cientificidade, a estrutura legal e do planejamento do país permite que o processo se dilate. Sem clareza sobre as competências das instituições, é evidente o choque entre as escalas local e regional e a indiferença da nacional. A indiferença como estratégia, abre o questionamento do por que calar enquanto a legitimidade das decisões do Estado são questionadas e se esgrimem todas as possibilidades para revertê-las.

São os conflitos socioambientais, nesse caso a disputa pela reserva van der Hammen, uma questão de ambientalistas contra construtores, como é tratada no debate público pelos próprios atores, ou será que a estendida mercantilização da terra e da moradia ameaça com cada vez mais força os bens comuns como a água, o ar e todos os componentes dos ecossistemas? Quais as condições que favorecem a legitimidade dos discursos defendidos pelos diferentes atores? Quais as consequências sociais e materiais dos projetos ambientais envolvidos no caso da TvDH para a cidade e a região? São essas algumas das questões ainda a ser resolvidas ainda na pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In _____. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-36. Disponível em <http://docs13.minhateca.com.br/871981498,BR,0,0,conflitos-ambientais-no-brasil---henri-acselrad.pdf> Consultado em 1 de novembro de 2016.
- ALFONSO, Oscar. *Bogotá Segmentada. Reconstrucción histórico-social de la estructuración residencial de una metrópoli latinoamericana*. Universidad Esternado de Colombia. Bogotá: 2009.
- ESTEBAN, Viviana; RUBIANO, Sebastian. Las corporaciones autónomas regionales (CAR) y la regulación ambiental del territorio. A propósito de la disputa por el borde norte de Bogotá. In ALVIAR, Helena; LAMPREA, Everaldo (coord..). *El Estado regulador en Colombia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016.p.261-307.
- HARVEY, David. *The nature of environment. Justice, nature and the geography of difference*. Blackwell publishers. Oxford: 1996.
- IEU, I. d. Proyecto Corredor Borde Norte Bogotá. Fase II. Bogotá. 2011.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza sociedade e “urbanização cyborgue” In ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas públicas. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009

THIBERT, Joël; OSORIO ARDILA, Giselle. Urban Segregation and Metropolitics in Latin America: The Case of Bogotá, Colombia. *International Journal of Regional and Urban Research*. Volume 38 N 4. Julho 2014. Pp 1319-1343.

ULLOA, Astrid; CORONADO, Sergio. Territorios, Estado, actores sociales, derechos y conflictos socioambientales en *contextos extractivistas: aportes para el posacuerdo*. In _____. *Extractivismos y posconflicto en Colombia: retos para la paz territorial*. Bogotá: Universidad Nacional e CINEP, 2016.p23-54.